

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

JOSÉ AUGUSTO DELGADO*

*Juiz de Direito da Comarca de Natal-RN,
Professor Titular de Direito e Legislação e Legislação Tributária
do Centro Integrado para Formação de Executivos*

O processo, embora seja instituição de muitos anos, só a partir da metade do Século XIX, com os ensinamentos de Windschei, Wach e outros, na Alemanha, e de Chiovenda, Carnelutti e Calamandrei, no curso deste século, na Itália, é que veio atingir a posição de conhecimento científico, alcançando o seu estudo um padrão sistemático que adota uma análise vinculada aos seus princípios básicos e específicos, deixando de ser mero elemento integrativo do Direito Civil, para formar ramo jurídico próprio.

Desde então, o cidadão passou a ser considerado como possuidor, por força constitucional, de um direito público subjetivo capaz de provocar a atividade jurisdicional do Estado, por meio do processo, como instrumento posto à disposição dos litigantes.

Com base nos postulados científicos reguladores do Direito Processual Civil, formou-se a noção de processo como compreendendo todo fenômeno que atinge o direito material, em seu significado global, de natureza teleológica, finalística, que se volta completamente para o resultado a ser obtido, em consequência da ação do Estado.

O processo, entendido em seu sentido lato, não se confunde com a significação estrita que compreende o conjunto de atos necessários a obtenção de uma providência jurisdicional num determinado caso concreto, de acordo com a lição ministrada pelo mestre J. J. Calmon de Passos, Comentários ao Código de Processo Civil, Volume III, Edição Forense.

Haja vista a noção de processo representar uma universalidade ordenada de ações, pode ele agir, na missão de conseguir a exigida prestação ou providência jurisdicional, de várias formas, o que constitui situação procedimental .

Assim sendo, processo não representa procedimento, sendo a noção daquele de caráter profundamente de causa final, enquanto a desse é puramente formal, pelo que João Mendes, em Direito Judiciário Brasileiro, página 264, afirmou ser "o processo um movimento em sua forma intrínseca, enquanto o procedimento é esse mesmo movimento em sua forma extrínseca".

Ao denominar o Código de Processo Civil de 1973, o Título VII, do Livro I, de "DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO", se sente nitidamente a intenção do legislador em destacar as diferenciações científicas a respeito de tais institutos processuais, não conduzindo a qualquer identificação entre ambos e os fazendo atuar com as características diversificadas que possuem.

A inovação realmente atendeu ao conceito fixado pela ciência do Direito Processual que entende o procedimento como sendo a regulamentação do ato da apresentação dos escritos, da oralidade, das citações, dos prazos, etc, ao lado da delimitação do fato e o da tramitação que constituem os elementos que compreendem o processo, de acordo com a lição de Pontes de Miranda, páginas 458/459, Tomo III, Comentários ao Código de Processo Civil, artigos 154 - 281, Edição Forense, 1974.

2. PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FORMAS

O artigo 271, do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), determina que o procedimento comum deve ser aplicado a todas as causas, salvo disposição em contrário contida no próprio Código ou em lei

especial. Destaque-se, como razão essencial do enunciado, que o Código adotou o princípio de preferibilidade do rito ordinário, pelo que, mesmo a lei adotando para alguma ação o processo especial, pode o autor preferir o procedimento ordinário.

A adoção de um procedimento comum, como regra geral, atendeu à fixação de uma política processual que busca constituir um padrão de proceder que seja aplicável ao maior número de casos possíveis, facilitando assim a movimentação das partes e o mecanismo processual.

Estabelecido o procedimento comum como o sistema básico de atuação, o legislador diversificou-o em ordinário e sumaríssimo (artigo 272, CP. Civil).

Ordenando-se a disposição legislativa, o atuar do procedimento comum foi dividido em duas formas:

a) o procedimento comum de rito ordinário, com prazos mais dilatados, menor concentração de atos e oralidade com menor intensidade (artigo Livros I e II do Código de Processo Civil);

b) o procedimento comum de rito sumaríssimo, com prazos reduzidos, intensa concentração dos atos e oralidade acentuada (artigos 275 a 281 do Código de Processo Civil).

3. DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

A instituição do procedimento sumaríssimo, pelo Código de Processo Civil de 1973, revela o esforço do legislador a fim de adequar o Direito Processual Brasileiro à nova mentalidade dos povos civilizados de fazer com que a Justiça atenda mais prontamente às soluções dos direitos conflitados que lhe são submetidos para julgamento, contribuindo assim para uma mais efetiva e imediata estabilização social.

Embora não fosse disciplinado pelo Código revogado, com exceção do rito sumário para as medidas cautelares, a adoção do procedimento sumaríssimo não representa inovação absoluta em nosso sistema processual, já que os ritos sumários e sumaríssimos foram previstos pelo direito anterior ao Código de Processo Civil de 1939, como assinalam o Código de Processo do Estado de São Paulo, artigos 478 e seguintes; o do Estado de Pernambuco, artigos 459 e seguintes ; o do Estado de Minas Gerais, artigos 387 e seguintes; e, finalmente, o direito lusitano das Ordenações.

O Ministro Alfredo Buzaid, na Exposição de Motivos ao Código de Processo Civil de 1973, ressalta as virtudes do procedimento sumaríssimo, caracterizando-se pela "simplificação dos atos, de modo que as demandas sejam processadas e decididas em curto espaço de tempo e com o mínimo de despesas".

O procedimento sumaríssimo do atual Código de Processo Civil é uma resultante legal do que estabelece a Constituição Federal, artigo 112, parágrafo único, quando admite que poderão ser instituídos processo e julgamento de rito sumaríssimo, para as causas ou litígios definidos por lei, com a observância dos critérios de descentralização, de economia e de comodidade das partes.

É uma das fórmulas acreditadas, segundo expressão de Cláudio Vianna de Lima, para a pretendida simplificação processual e celeridade das ações no civil.

Firmado que terá cabimento para o procedimento aludido em se cogitando de causas cujo valor não exceder a vinte vezes o maior salário-mínimo vigente no País (art. 275, I). como, também, em se cuidando de causas que enumeram no art. 275, II. é de se verificar que o novo Código, no ponto, regula causas, em grande parte, de futura competência recursal dos Tribunais de Alçada (O procedimento sumaríssimo no novo Código de Processo Civil, in Revista Forense, abril/junho 74, página 116).

Os critérios constitucionais estabelecidos servem de postulados fundamentais para o regulamento do procedimento. Este, por sua vez, apoiado em acentuada concentração de atos por ocasião da audiência e valorização da oralidade, obedece a princípios gerais que são estabelecidos pelo Código de Processo Civil e que são os seguintes:

- a) Fluência durante as férias forenses.

O artigo 174, inciso II, dispõe:

"PROCESSAM-SE DURANTE AS FÉRIAS E NÃO SE SUSPENDEM PELA SUPERVENIÊNCIA DELAS:

I -

II - AS CAUSAS DE ALIMENTOS PROVISIONAIS, DE DAÇÃO OU REMOÇÃO DE TUTORES E CURADORES, BEM COMO AS MENCIONADAS NO ARTIGO 275."

- b) Não admissibilidade de reconvenção. E a regra do artigo 315, § 2º:

"NÃO SE ADMITIRÁ RECONVENÇÃO NAS CAUSAS DE PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO".

- c) o prazo para recorrer e apresentar contra razões é de cinco dias. A exceção é prevista no parágrafo único do artigo 508:

"NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO, O PRAZO PARA INTERPOR RECURSO, OU PARA RESPONDER A ELE, SERÁ SEMPRE DE 5 (CINCO) DIAS, CORRENDO EM CARTÓRIO."

- d) Na superior instância o recurso dispensa revisor, pelo que dispõe o art. 551, § 3º:

"NOS RECURSOS INTERPOSTOS NAS CAUSAS DE PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO, NÃO HAVERÁ REVISOR."

A celeridade do procedimento sumaríssimo impõe que o julgamento em segunda instância deverá ocorrer no prazo máximo de 40 (quarenta) dias (artigo 550), pelo que a exigibilidade do recurso ser submetido ao crivo do revisor seria um obstáculo para o objetivo que a modificação visa atingir.

e) Aplicação subsidiária do procedimento ordinário.

Há modificações específicas regulando o procedimento sumaríssimo (arts. 275/281), sem, contudo, abrangerem todos os atos processuais que poderão ocorrer por força da exigibilidade da demanda.

Constituindo o procedimento ordinário o meio básico de atuação, o padrão formal estabelecido para a coleta de elementos necessários à formação do processo, a fim da verdade ser atingida, as suas regras são aplicadas subsidiariamente a todos os outros procedimentos.

Necessário se faz destacar que o princípio de aplicação subsidiária das disposições gerais do procedimento ordinário aos procedimentos especial e sumaríssimo, não se confunde com a denominada regra geral de ordinariade ou princípio da preferibilidade do rito ordinário.

As regras jurídicas que delimitam o procedimento ordinário são preenchedoras das lacunas da lei, no caso dos outros tipos de procedimentos, desde que não seja transmudada a especialidade constituída.

Assim é que

São aplicáveis, subsidiariamente, aos procedimentos especiais e ao procedimento sumaríssimo, as disposições gerais do procedimento ordinário, entre as quais podem ser apontadas, como exemplos, as que tratam:

a) dos requisitos da petição inicial (arts. 282 a 285);

- b) do pedido (arts. 286 a 294);
- c) do indeferimento da petição inicial (arts. 295 a 296);
- d) da contestação (arts. 300 a 303);
- e) das exceções (arts. 304 a 314);
- f) da revelia (arts. 319 a 322);
- g) das provas (arts. 332 a 443);
- h) da audiência (arts. 440 a 457);
- i) da sentença e da coisa julgada (arts. 458 a 475).

Aplicáveis são as regras referidas. Não a seqüência imposta pelo Código aos atos por aquelas reguladas.

Para ser aplicável ao procedimento especial ou ao sumaríssimo, a disposição geral do procedimento ordinário deve ser compatível com a finalidade, com os objetivos que determinaram a especialização do procedimento, de sorte a não o deformar.

As normas insertas nos Caps. I a VII do Livro I - Do Processo de Conhecimento - também são aplicáveis aos procedimentos especiais e ao procedimento sumaríssimo (pgs. 46/47, in Comentários ao Código de Processo Civil, Volume III, Edição Revista dos Tribunais, 1975, da autoria de Wellington Moreira Pimentel).

O estudo da função subsidiária das regras do procedimento ordinário leva a se analisar o princípio da preferibilidade do rito ordinário.

A especialidade não é regra rígida e inflexível que tenha força de eximir a atuação processual, caso não seja seguida. O postulante pode preferir, mesmo que a lei adote para a ação a ser proposta o procedimento especial ou sumaríssimo, o rito ordinário, sem que com isso determine qualquer nulidade.

O mestre Pontes de Miranda, pagina 472, Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo III, 1974, doutrina sobre o assunto:

É de grande relevância advertir-se que o emprego do procedimento ordinário, em vez do procedimento especial ou mesmo sumaríssimo, não é causa de nulidade do processo. O que importa é saber-se, a despeito da troca de forma, se foi respeitada a finalidade do remédio jurídico processual.

Na verdade, de conformidade com o artigo 154, do Código de Processo Civil,

os atos e termos processuais não dependem de forma determinada se não quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.

4. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Os artigos 276 a 281 do Código de Processo Civil fixam as características fundamentais que norteiam o procedimento sumaríssimo.

A intenção do legislador foi criar um sistema ordenado de atos que, sem acarretar prejuízo a busca da verdade para o julgamento da lide, se caracterizasse por uma atuação célere, através de prazos menores, concentrando-se na audiência a resposta do réu e apanhado das provas, tudo facilitado com uma oralidade mais intensa.

Em sistematização sintética, de acordo com o estabelecido pelos arts. 276 a 281, as principais características do procedimento sumaríssimo são as seguintes:

- a) Petição inicial com os fatos, fundamentos jurídicos, pedido, indicação das provas e oferecimento, desde logo, do rol das testemunhas e documentos;
- b) Despacho do juiz determinando a citação do réu e designando audiência de conciliação, instrução e julgamento para data não inferior a dez dias contados da citação ao promovido;

c) Deferimento ou indeferimento das provas requeridas pelo autor por ocasião do despacho inicial;

d) Oferecimento de defesa escrita ou oral pelo advogado do réu, por ocasião da audiência, como também, produção de suas provas, notando-se que deverá ser depositado o rol de testemunhas, se houver, em cartório, quarenta e oito horas antes da audiência;

e) Tentativa de conciliação das partes, conduzida pelo juiz, logo após a defesa do réu e antes de ser iniciada a instrução;

f) Redução a termo do depoimento das partes e das testemunhas, consignando-se só o essencial;

g) Sentença prolatada logo após o término da instrução, ou no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

h) Prazo máximo de noventa dias para a realização de todos os atos na primeira instância, a contar da propositura da ação.

O projeto original estabelecia o prazo de 60 (sessenta) dias. A alteração decorreu da emenda nº 8, apresentada pelo Senador Accioly Filho.

Quanto à tentativa de conciliação conduzida pelo juiz, foi um resultado da emenda nº 239 apresentada pelo Senador Nelson Carneiro, assim justificada :

Nada explica que se exclua a tentativa de conciliação no procedimento sumaríssimo, onde, talvez, ela produza melhores resultados, dado o valor reduzido da causa (pagina 130, Código de Processo Civil, Quadro Comparativo Anotado, Volume II, Notas, Edição do Senado Federal, autoria de Leyla Castelo Branco Rangel).

5 - AÇÕES PROCESSADAS COM RITO SUMARÍSSIMO

O Código de Processo Civil dividiu em dois campos as causas que devem ser processadas pelo rito sumaríssimo. No primeiro, situou

todas as causas cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país. Em seguida, independentemente do valor da causa, atribuiu o rito sumaríssimo a determinados tipos de ação, tendo em vista o seu objeto material.

A Interpretação do artigo 275, inciso I, não conduz a observações mais profundas. Há o procedimento sumaríssimo, qualquer que seja o tipo da causa, excluindo-se as de rito especial, cujo valor não ultrapassar 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no Brasil, excetuando-se, tão-somente, as ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, por força do que dispõe o parágrafo único do artigo 275 do Código de Processo Civil.

A expressão usada pelo Código no artigo 275, inciso I, quando se refere a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo, não apresentou qualquer dificuldade de interpretação, até que surgiu a Lei 6.205, de 29.04.75, que, em seu artigo 1º, desvinculou o salário mínimo para a fixação de qualquer valor.

Antes da sua vigência, o salário-mínimo era de Cr\$ 376,80, pelo que o procedimento sumaríssimo devia ser observado nas ações cujo valor não excedesse a Cr\$ 7.536,00.

Com a Lei 6.147/74, o abono de emergência foi criado, sendo elevado o salário-mínimo para Cr\$ 415,20, sem que, contudo, tal elevação tenha contribuído para aumentar o valor para o procedimento sumaríssimo, em face do artigo 7º, § 1º, da referida lei que estabeleceu a proibição da antecipação salarial não ser "considerada no cálculo de quaisquer valores que tenham por base o salário-mínimo".

Em 29.04.75, através do Decreto 75.679, o maior salário-mínimo vigente no país passou a ser Cr\$ 532,80, a partir de 1º.05.75. Contudo, a Lei 6.205, de 29.04.75, artigo 1º, estabeleceu a descaracterização do salário-mínimo como fator de correção monetária ao

dispor: "Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não seria considerados para quaisquer fins de direito".

A amplitude do preceito atinge todas as situações legais e contratuais, salvo aqueles casos que foram expressamente excluídos pela lei, onde se encontra o valor para o procedimento sumaríssimo.

Diante da expressão constituída, apesar da variação do salário-mínimo, o valor de Cr\$ 10.656,00, correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário -mínimo vigente, não mais pode ser considerado para determinar o procedimento sumaríssimo.

O artigo 2º, da Lei 6.205/75, ressaltou: "Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária". Em consequência, foi expedido o decreto 75.704, de 08.05. 75; DOU de 9.5.75, fixando o coeficiente de atualização monetária para todos os valores desvinculados do salário-mínimo, que será de 1,33, aplicável sobre os valores-padrão vigentes em 1º de maio de 1974.

De acordo com o que foi estabelecido, o aumento, portanto, a ser aplicado e de 33%, passando o valor do procedimento sumaríssimo para Cr\$ 10.022,88.

Outra não pode ser a solução para o problema. A aplicação do coeficiente decorre da Lei 6.205/75, que desvinculou o salário-mínimo como fator de correção monetária. E o próprio decreto 75.704/75 reiterou ainda: "O coeficiente fixado no art. 1º deste decreto aplica-se inclusive as penas pecuniárias previstas em lei e aos valores mínimos estabelecidos para alçada e recursos para os Tribunais" (art. 2º).

O padrão do valor da causa para determinar o rito sumaríssimo obedece, ainda, a determinados princípios, os quais merecem ser destacados:

I- O valor determinante da causa é o fixado por ocasião da propositura da ação;

II - O coeficiente de atualização monetária a ser considerado tem por base o maior salário-mínimo vigente no país, por ocasião da propositura da ação, isto é, quando a petição Inicial for despachada pelo juiz ou simplesmente distribuída (art. 263. C. P. Civil);

III - O procedimento não será modificado se alterações subseqüentes ocorrerem, dado o caráter Irrelevante de tais situações, conforme disciplinação do artigo 87, C.P.C., que ressalva, tão-somente, quando suprimirem o Órgão Judiciário ou influírem na competência em razão da matéria ou da hierarquia;

IV - A alteração do coeficiente de atualização, no curso do procedimento, que acarrete ultrapassar o limite fixado, não determina qualquer corrigenda ou modificação;

V - O autor poderá fixar o valor da causa em múltiplos de coeficiente corrigido;

VI - Se o réu impugnar o valor da causa, o juiz processará a impugnação, conforme o artigo 261 do C.P.C.. Se, no julgamento, o valor da causa for alterado para quantia que ultrapasse o limite fixado, será suprimido o procedimento sumaríssimo.

O alcance do artigo 275, Inciso II, letras "a" a "m", do Código de Processo Civil, se vincula ao objeto da causa, sem qualquer ligação, com o seu valor.

Assim sendo, o rito sumaríssimo será obrigatoriamente adotado, qualquer que seja o valor, nas causas que passam a ser analisadas.

A letra "a" cuida das causas que versem sobre a posse ou domínio de coisas moveis e de semoventes.

O Código Civil dispõe que são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia. Considera, ainda, como bens móveis para todos os efeitos legais, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes, além dos direitos de obrigação e as ações respectivas, como também os direitos de autor.

É, ainda, caracterizada a condição de bens móveis os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, como também readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

Com base no direito substantivo, entre outras, deverão ser processadas pelo procedimento sumaríssimo, Independentemente do valor, as seguintes ações:

- a) as possessórias mobiliárias quando a turbação ou esbulho data de ano e dia ou mais;
- b) as possessórias mobiliárias quando, mesmo datando de menos de ano e dia, com efeito, a turbação ou o esbulho, o autor renuncia ao rito especial ;
- c) possessórias mobiliárias cumuladas com o pedido de perdas e danos;
- d) as reivindicatórias mobiliárias;
- e) as declarações da existência de relação jurídica dominical sobre coisa móvel;
- f) as reivindicatórias do fundo de empresa, de direitos autorais, de direitos de propriedade industrial e comercial, de uma

biblioteca, de um rebanho, de propriedade intelectual quando ela se objetiva em bens móveis corpóreos, etc..

A letra "b" trata das causas relativas aos efeitos de arrendamento rural e de parceria agrícola.

O arrendamento rural é definido como sendo o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei (art. 3º, Estatuto da Terra, Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966, regulamentada as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, tudo pelo Decreto nº 59-566, de 14 de novembro de 1966).

A parceria rural também foi definida pela Lei, art. 96, VI, do Estatuto da Terra, que afirma ser o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da forma maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da Lei.

Diante do enfoque legal, seguirão o procedimento sumaríssimo as ações de arrendamento rural:

a) que sejam relativas à duração do contrato, sua validade, existência ou inexistência;

- b) que sejam interpretativas das condições do contrato;
- c) que tratem da rescindibilidade do contrato;
- d) que se refiram à existência de infringência aos princípios legais fixados para os contratos rurais;
- e) que cuidem do direito de preferência à renovação do arrendamento;
- f) que se limitem ao direito de obter a declaração de decadência do direito do arrendante de retomar o imóvel;
- g) que se liguem ao direito do arrendatário de obter a declaração de decadência do direito do arrendante de apresentar proposta de terceiro;
- h) que tenham por finalidade obter a declaração da existência de vício na proposta notificada, derive ele de erro, simulação ou fraude;
- i) relativas a despejo contra o arrendatário rural e de decadência do direito à retomada;
- j) que se estendem ao exercício do direito de preferência à aquisição do imóvel arrendado quando o valor da causa não exceder vinte vezes o maior salário-mínimo vigente no país devidamente corrigido pelo padrão de atualização da moeda.

Quanto às ações relativas à parceria agrícola, são aplicadas as normas pertinentes ao arrendamento rural, no que couber, bem como as regras do contrato de sociedade, no que for omissa o Estatuto da Terra.

A letra "c", do art. 275, manda observar o procedimento sumaríssimo nas causas de responsabilidade pelo pagamento de impostos, taxas, contribuições, despesas e administração de prédio em condomínio.

O dispositivo supra regula a ação para garantir o direito contido na Lei nº 4.591. de 16-12-64, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias", quando no artigo 12 afirma:

"Cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio, recolhendo, nos prazos previstos na convenção, a quota-parte que lhe couber em rateio."

Por seu turno, o Código Civil, no artigo 624, Impõe ao condômino a obrigação de concorrer, na proporção de sua parte, para as despesas de conservação ou divisão da coisa e suportar, na mesma razão, os ônus a que estiver sujeita.

Temos, diante das situações determinadas pelo direito substantivo, duas posições que levam a conseqüências práticas diversas em relação ao artigo do Código de Processo sob análise.

A primeira posição é referente ao chamado condomínio relativo, parcial ou *sui generis*, em decorrência da Lei nº 4, 591.

A outra posição é a que se vincula ao chamado condomínio absoluto ou tradicional que é regulado pelo Código Civil, onde não aparece a propriedade exclusiva de nenhum dos comunheiros sobre qualquer parte ou fração do bem comum.

Com apoio nos dispositivos que regulam o condomínio,o art. 275, II, letra "c", alcança:

a) a ação do condômino para eximir-se da responsabilidade pelo pagamento de impostos, taxas, contribuições, despesas e administração do prédio;

b) a ação do condômino para definir os limites de sua responsabilidade quanto aos encargos exigidos pelo condomínio;

c) a ação do administrador do condomínio, do síndico ou do condômino que pagou as despesas exigidas pela comunhão contra os demais, por possuir ação regressiva, se não havia responsável determinado pelo pagamento;

d) a ação contra o síndico ou outra pessoa, ou empresa que assumiu as responsabilidades pelos encargos definidos em lei.

Merece se chamar a atenção para o procedimento sumaríssimo do artigo 275, II, letra "c" e o que dispõe o artigo 585, inciso IV, do Código de Processo Civil.

O problema foi enfocado com absoluta lucidez por Wellington Moreira Pimentel, Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. III, páginas 70/71, Edição Revista dos Tribunais, 1975:

O dispositivo deve ser interpretado em confronto com o art. 585, IV, que eleva à categoria de título executivo extrajudicial os representativos de encargos do condomínio, desde que comprovados por contrato escrito. Assim, se o encargo condominial pode ser comprovado por contrato escrito, ou pela convenção, atendido o requisito de comprovação da despesa pela Assembléia Geral, não se faz mister ação que se inicie pelo processo de conhecimento para sua cobrança. Será executável, segundo a disciplina da execução fundada em título extrajudicial.

Se faltar à despesa de condomínio a liquidez e certeza que autorizam a execução (C.P.C., art. 586), sua cobrança será feita segundo o procedimento sumaríssimo, independente do valor.

O procedimento visado pela letra "d", do artigo 275, inciso II, tem larga aplicação. Objetiva às ações que visam ao ressarcimento de danos produzidos em prédio urbano ou rústico, independente do fato ou ato que lhe deram causa.

Compreende as ações:

a) de ressarcimento em decorrência do mau uso da propriedade vizinha que cause prejuízo ao imóvel fronteiro;

b) de ressarcimento por danos decorrentes de atos de invasão do imóvel;

c) do locador para haver do locatário, ou fiador, indenização por estragos causados ao imóvel locado (art. 1.192, inciso IV, Código Civil);

d) do comodato para haver do comodatário os danos sofridos pelo uso do imóvel;

e) de indenização pelos prejuízos causados pela invasão de terras por animais;

f) de indenização pela invasão causada por fogo que atinge plantações e acarreta prejuízos;

g) de indenização pelos prejuízos sofridos por causa de objetos, detritos que são jogados em residências, pelos donos, inquilinos e empregados dos edifícios vizinhos de apartamentos;

h) de indenização pelos danos causados às partes Integrantes, às acessões e aos frutos, se pendentes, do prédio.

A letra "c", do art. 275, II, alcança as ações de reparação de dano causado em acidentes de veículos.

O Senador Accioly Filho, em emenda (nº 65) apresentada, assim justificou o dispositivo apreciado:

"Aquilo que se visa é a rapidez na reparação dos danos causados pelo ilícito cometido por meio do veículo" (pág. 126, Vol. II, Código de Processo Civil, Notas, Editado pelo Senado Federal).

A alínea é abrangente às ações de indenização, desde que o dano seja resultante de acidente de veículo de qualquer espécie, motorizado ou não.

Por outro lado, a lei não distingue entre o pedido fundado em culpa contratual ou em culpa extracontratual, pelo que envolve as ações contra o transportador, mesmo decorrentes de transporte ferroviário, marítimo ou aéreo ou acidentes que envolvam embarcações esportivas.

A ação de eleição de cabecel que no Código de 1939, Livro IV, Título XVI II , era regida pelos artigos 411 a 414, segue, atualmente, o procedimento sumaríssimo.

O mestre Pontes de Miranda indaga sobre o assunto (op. cit. in nota 36, pág. 478):

"Cabecel, o pessoeiro, o cabeceiro, o cabedeleiro, é consorte, comuneiro em direito real, que encabeça o que dá o quinhão das vendas aos achagas, aos comuneiros. A comunhão exige que os comuneiros se encabecem numa pessoa. Pergunta-se: o art. 275, II," f ", só se refere ao cabecel de bens enfitêuticos? O art. 275, II," f " não disse quais os bens em comum à diferença do art. 690 do Código Civil, que está no Capítulo sobre enfiteuse. Temos de interpretar o art. 275-II, como relativo a qualquer espécie em que por lei, ou em virtude de negócio jurídico, se fizer obrigatória para os comuneiros a nomeação de cabecel."

Temos, em consequência, as ações:

- a) propostas por algum dos co-enfiteutas para eleição do cabecel;
- b) propostas pelo senhorio para eleição do cabecel, como exemplo do que cuida a alínea "f", do artigo 275, II, considerado pelos doutrinadores como dispositivo inócuo pela sua quase não aplicação.

Os termos da alínea "g", do art. 275, II, visam às ações que tiveram por objeto o cumprimento de leis e posturas municipais quanto à

distância entre prédios, plantio de árvores, construção e conservação de tapumes e paredes divisórias.

Há lugar para a ação com o procedimento sumaríssimo, nos casos seguintes:

a) ocorrendo descumprimento de leis ou posturas, a edilidade estará legitimada ativamente para pedir a suspensão ou demolição da obra;

b) para a edilidade destruir árvores plantadas em desacordo com as normas municipais;

c) para o autor postular indenização ou a demolição do prédio vizinho atingido pelo descumprimento das posturas municipais quanto à distância entre prédios, o plantio de árvores (art. 556, Código Civil) ou, ainda, a construção ou conservação de paredes e tapumes (arts. 571/578 e seus parágrafos, 643 e 645, Código Civil).

d) para tornar efetiva a norma que obrigue o incorporador a arborizar loteamento;

e) para dispor sobre a caução devida pelo vizinho quando a parede divisória não comporta travejamento;

f) para dispor sobre a caução pelo risco a que a insuficiência da nova obra exponha a construção anterior;

g) para disciplinar o uso da parede comum, fixando-lhe limitações.

O legislador cuidou na letra "h", do artigo 275, II , de beneficiar com o rito sumaríssimo as causas oriundas de comissão mercantil, condução e transporte, depósito de mercadorias, gestão de negócios, comodato, mandato e edição.

O dispositivo se refere a várias situações diferentes, as quais não se assemelham. O único fato que as aproxima é o de cada situação analisada se encontrar situada na generalidade dos negócios jurídicos.

Atendem ao rito da alínea "h", do artigo 275, II, as causas:

a) que visem à existência ou inexistência do contrato de comissão mercantil e seus efeitos (art. 165, Código Comercial);

b) que discutam a validade ou invalidade do contrato de comissão mercantil;

c) do comitente contra o comissário para cobrança da cláusula de comissão del credere, quando ocorrer impontualidade do devedor principal;

d) do comissário contra o comitente para haver o total das comissões ajustadas;

e) do comissário para haver do comitente o reembolso das despesas, tendo em vista o acordado;

f) do comitente contra o comissário para haver perdas e danos no caso de se portar o comissário com negligência na cobrança do preço, nas vendas que tenham sido efetuadas a prazo (art. 178, Código Comercial);

g) que se relacionem com a existência ou não do contrato de transporte de pessoas ou coisas, sua validade ou invalidade;

h) que se pretenda tornar efetiva a responsabilidade civil do transportador;

i) que tenha por objeto haver do segurador a indenização devida em razão do seguro, se o sinistro foi um fato ligado ao transporte e dele derivou a responsabilidade do transportador;

j) que sejam pertinentes a transporte de natureza não contratual;

l) que sejam derivadas do contrato de depósito mercantil, quando não se cuide de pretensão de ser restituída a coisa depositada;

m) interpostas pelo depositário para exigir do depositante, o pagamento das despesas de conservação e guarda de mercadorias;

n) oriundas de gestão de negócios quando o gestor pede para desonerar-se das obrigações contraídas em nome do dono do negócio;

o) promovidas pelo gestor de negócios para haver as despesas necessárias e úteis, com os juros legais, desde o desembolso;

p) para pedir a restituição da coisa emprestada, se intentada após ano e dia;

q) do comodatário para impedir que o comodante, sem justo motivo, suspenda o uso e gozo da coisa emprestada, antes de findo o prazo contratual ou de que seja determinado pelo uso outorgado, de acordo com o art. 1.250 do Código Civil;

r) do comodatário para receber o valor das benfeitorias úteis e necessárias;

s) do comodante para pedir indenização pelos danos causados na coisa ou para pedir a restituição antecipada quando for justificada;

t) do comodante, comodatário ou terceiro, para declaração da nulidade do comodato ou para sua anulação ou repetição;

u) relativas à existência ou inexistência, validade ou invalidade do mandato, que o mandante pode promover contra o mandatário, para exigir que seja dado cumprimento ao mandato que lhe fora outorgado e que aceitara;

v) do editor para obter a entrega da obra a ser produzida ou para reclamar indenização em razão do inadimplemento do autor;

x) do autor para que o editor reproduza a obra nos termos do contrato, ou para que recolha edição posta a circular em desacordo com as cláusulas do contrato, bem como, para ser pago dos honorários contratados (Ver Lei 5.988 de U.12.72 - Lei dos Direitos Autorais).

A alínea "I", art. 275, II, refere-se, tão-somente, às ações de cobrança de quantias devidas ao depositário judicial, público ou particular, no caso de depósito convencional, ou de depósito necessário, bem como, aos leiloeiros públicos, cujas atividades estão regidas pelo Decreto 21.981, de 19.10.32. Com a Lei 4.021, de 20.12.1961, foi criado o leiloeiro rural que se inclui nos benefícios da ação com rito sumaríssimo que se analisa.

O Código anterior concedia ação cominatória ao proprietário ou inquilino do prédio, para impedir que o mau uso da propriedade vizinha prejudicasse a segurança, o sossego ou a saúde dos que o habitam.

Não cuidando o Código atual do preceito cominatório com rito especial, deu, entretanto, ação com rito sumaríssimo, sob cominação de multa, ao proprietário ou inquilino para invocar o direito assegurado pelo artigo 554, do Código Civil (art. 275, II, letra "j", C.P.C.).

Assim, a ação que cuida a letra "j", do artigo 275, II, é para compelir o réu ao cumprimento de obrigação de não fazer, como por exemplo:

a) a ação do proprietário ou do inquilino do prédio vizinho contra quem começa a construção de uma fábrica da qual emanarão gases nocivos, em zona residencial, a fim de não se concretizar a ameaça;

b) idem, para fazer cessar a emanção dos gases, se já construída;

c) a ação do proprietário ou do inquilino do prédio vizinho contra quem faz mau uso da propriedade vizinha, explorando de forma prejudicial um posto de gasolina.

O art. 275. II, letra "1", alcança a ação do proprietário de prédio encravado para lhe ser permitida a passagem pelo prédio vizinho, ou para restabelecimento de servidão de caminho, perdida por culpa sua.

É a ação para fazer valer o direito contido nos arts. 559 a 562 do Código Civil, e que pode ser proposta pelo proprietário, promitente comprador, usufrutuário e fideicomissário.

A alínea "m", do art. 275, II, foi resultante da emenda do Senador Accioly Filho, assim justificada:

A unificação da execução, no Projeto Buzaid, trouxe como lógica consequência a redução dos títulos executivos, que já não poderiam ser todos aqueles contidos na longa relação que apresenta o artigo 298 do código vigente. Entre as hipóteses que decaíram da dignidade de título executivo, estão os honorários dos profissionais liberais. Ora, como dificilmente a prestação dos serviços pode ser provada liminarmente no processo, e como a execução não comporta agora , em hipótese alguma (salvo embargos), uma dilação probatória, o anseio de dar uma tutela rápida às pretensões fundadas em tais direitos só pode ter satisfação através da inclusão dessas ações no procedimento sumaríssimo (pág.129, Código de Processo Civil, Notas, Leyla Castelo Branco, Edição do Senado Federal).

Na análise da a alínea mencionada, é válida a transcrição da lição de Pontes de Miranda oferecida em comentário ao art. 298, V, do Código revogado, e citado por J. Calmon de Passos, pág. 112, 111 Volume - Edição Forense, Comentários ao Código de Processo Civil:

Excluem-se as empresas ou pessoas jurídicas que exploram serviços de procuração judicial, medicina ou cirurgia (hospitais, casas de saúde, hospícios, maternidades, casas de misericórdia, clínicas e casas de repouso), arte e ciência dentaria, engenharia e ensino (hoje poderemos estender a enumeração a todas as empresas e pessoas jurídicas que tenham como objetivo a prestação de serviço técnico,

caracterizável como típico de profissional liberal, se individualmente prestado). Para que a pretensão à tutela jurídica nasça (hoje, diremos, para que o rito sumaríssimo seja possível), é preciso que na relação de direito material esteja pessoa física, ou estejam pessoas físicas e elas, não a pessoa jurídica, sejam o titular do direito material.

6- AÇÕES EXPRESSAMENTE EXCLUÍDAS DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

O parágrafo único do artigo 275 exclui do procedimento sumaríssimo as ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, qualquer que seja o valor a elas atribuído.

Entre tais tipos de ações, vamos encontrar as que passam a ser enumeradas:

a) as pertinentes ao estado familiar, como sejam:

a.1 - para pedir a posse em nome do ventre;

a.2 - para pedir a emancipação;

a.3 - para pedir o levantamento de impedimentos matrimoniais;

a.4 - para pedir suprimento de consentimento para fins de casamento;

a.5 - a de desquite, a de anulação ou nulidade de casamento;

a.6 - a de investigação de paternidade;

a.7 - a de contestação de maternidade ou paternidade;

a.8 - a de impugnação de reconhecimento de filho;

a.9 - a reclamatória de filho.

- b) as relativas à suspensão ou destituição do pátrio poder;
- c) as de nulidade, anulação ou revogação de adoção;
- d) as de interdição;
- e) as relativas à nacionalidade, ainda que de simples opção de cidadania (Const., art. 145, I e II, b, c).

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Alvim - Direito processual civil: teoria geral do processo de conhecimento - São Paulo, 1972.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim - A ação no direito processual civil brasileiro Salvador, 1960 - Comentários ao Código de Processo Civil, vol. III, Forense. Pontes de Miranda, Francisco Cavalcanti - Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo III, Forense, 1973.

PIMENTEL, Wellington Moreira - Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. III, Edição Revista dos Tribunais - São Paulo, 1975.

MARQUES, José Frederico - Manual de Direito Processual Civil, Edição Saraiva, 1974-Dower, Nelson Godoy Bhassil - Curso Renovado de Direito Processual Civil, Editora Nelpa Ltda - 1974.

RANGEL, Leyla Castello Branco - Código de Processo Civil, Notas, Quadrp Comparativo, Legislação anterior, Edição Senado Federal, Brasília, 1975.

MIL HOMENS, Jonatas - Manual de Prática Forense Civil e Comercial, Forense, Rio, 1960.